



Rituais na democracia representativa e a publicização de um conflito no jornal O Imparcial¹

Francinete Louseiro de Almeida²
Universidade Federal Fluminense

Resumo

A motivação desta pesquisa é a análise de rituais, sobretudo, os rituais na política. Para tanto o estudo tem como objeto a posse contestada da governadora do Maranhão Roseana Sarney, onde se instaurou um conflito, pois mesmo não sendo vitoriosa nas eleições de 2006 para o governo do estado, ela foi empossada após uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. A questão central deste estudo é saber como o jornalismo maranhense situou-se enquanto mediador de um ritual de posse que confrontou dois princípios de legitimação de um governante eleito, o democrático e o aristocrático. O presente artigo faz um recorte na pesquisa na perspectiva de demonstrar como os rituais da democracia representativa são importantes, pois publicizam ações que legitimam um governo democrático.

Palavras-chave

Democracia representativa, rituais na política, política no Maranhão, posse e conflito, jornal O Imparcial

1. Introdução

Este trabalho de pesquisa teve como motivação a análise de rituais, sobretudo os rituais na política. Para tanto, esse estudo tem como objeto a posse contestada da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que mesmo não sendo vitoriosa nas eleições de 2006 para o governo do estado, tomou posse após uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tem como fim, analisar a cobertura jornalística de um evento que discutiu alguns princípios de legitimação. O trabalho traz alguns conceitos relacionados com a questão levantada e, finalmente, analisa o acontecimento através das matérias de um jornal regional que discutiu esse tema com a sociedade, o Jornal O Imparcial.

O Imparcial é um jornal que faz parte do grupo “Diários Associados”, que hoje se apresenta como o sexto maior conglomerado de empresas de mídia do Brasil. De

¹Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, email: nethlouseiro@yahoo.com.br



acordo com entrevista com o editor – chefe, Pedro Freire, “A linha editorial do jornal O Imparcial procura seguir um equilíbrio onde a notícia se impõe de acordo com a sua própria importância e o compromisso é apenas com a informação.

O artigo sugerido tenta mostrar o acontecimento seguindo a seguinte linha: primeiro se discute os conceitos fundamentais para este estudo: democracia representativa, representação e rituais na política. Traça-se uma contextualização histórica da política maranhense até o momento da posse contestada, situando - a como um ritual na política representativa. Finalmente apresenta a análise feita no Jornal O Imparcial em três momentos distintos e importantes que se seguiram no processo conflituoso de cassação de mandato e posse.

2. Democracia representativa

A questão colocada pelo nosso objeto de pesquisa, a posse contestada da governadora Roseana Sarney em abril de 2009, traz uma discussão importante para o mundo moderno, pois no caso em específico se anula a decisão da maioria em detrimento da decisão aristocrática, e aí entra o questionamento, que representação é essa, onde não mais se respeita a vontade da maioria? Para que se entenda um pouco mais sobre os vários aspectos que envolvem essa questão, começa-se um estudo sobre a própria democracia que na teoria clássica, segundo BOBBIO, é entendida como “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam do direito de cidadania” (2007, pág. 319). Neste contexto o cidadão comum, ao exercer sua cidadania, está expressando uma característica inerente ao ser humano, a sua vontade individual. É esta vontade individual que se torna o eixo central para aquilo que será chamado de vontade do povo, ou vontade geral. É necessário que o indivíduo reconheça a sua vontade, reconheça os seus desejos e faça com que ele exista de fato e de direito. Para isso, o indivíduo terá que defender esta vontade, e isso só acontecerá se ele puder observá-la, interpretá-la e selecioná-la criticamente. Surge então, a vontade geral, que segundo BOBBIO, “mesmo sem ser a rigor a vontade de todos, declara-se, na prática, através da vontade de muitos, onde todos os cidadãos participam do direito do voto.” (2007, pág. 1298). Ao se falar em voto retorna-se a experiência da antiga Grécia. As assembleias na Grécia funcionavam de portas abertas para que todos, maiores de 18 anos, pudessem participar. Naquele lugar tudo era discutido, desde assuntos



relacionados à guerra até obras públicas, todas as atividades governamentais eram expostas ali, apresentadas, discutidas e votadas. A assembleia se reunia frequentemente durante o ano todo, e na maioria das vezes, em apenas um dia, chegava-se a uma decisão sobre determinado assunto. A *Isegonia*³ era utilizada pelos presentes que tinham o direito de participar e as decisões eram tomadas pelo voto da maioria.

Nas assembleias existia ainda uma estratégia denominada de “*graphé paranomon*, pelo qual um homem poderia ser denunciado e julgado por fazer uma “proposta ilegal” na Assembleia” (FINLEY, 1988, pág. 38). Este artifício regulava e disciplinava a isegoria, ou seja, o direito de falar, pois o próprio povo poderia, através deste artifício, retroceder com relação há uma decisão tomada de maneira errada. Todo esse sistema de democracia na Grécia era estruturado de maneira que o poder não se concentra nas mãos de um líder, ou de uma instituição. O próprio Péricles, que foi um dos líderes democráticos de Atenas e uma das personalidades políticas do séc. V a.c, não detinha o poder nas assembleias, como relata FINLEY

Quando sua influência estava no auge, ele poderia esperar a constante aprovação de suas políticas, expressa no voto popular na Assembleia semanalmente, visões alternativas eram apresentadas às dele, e a Assembleia sempre podia abandoná-la, bem como suas políticas, e ocasionalmente assim procedeu (1988, pág. 36).

2.1. A questão da representação

Numa das páginas do Jornal O Imparcial, poderia ser lido assim:

“Estamos vivendo um momento triste da vida institucional, não só do Estado, mas do país. É uma violência, um desrespeito à vontade da maioria da população. A oligarquia [da família Sarney], com o apoio da elite institucionalizada, resolveu golpear a vontade da maioria da população”, disse o ex-governador.

Esta afirmação do então governador eleito pelo povo, Jackson Lago, traz uma discussão sobre o caráter estritamente democrático da representação, partindo-se do ponto que, a representação se expressa pela vontade da maioria, vontade essa que deverá ser respeitada para que se caracterize um governo democrático. Para se perceber melhor esta questão, volta-se ao conceito de vontade geral, que se diz mesmo não sendo

³ Isegonia quer dizer o direito universal de falar na Assembleia (FINLEY, 1988)



a vontade de todos, se define como a vontade da maioria explicita através do sufrágio universal⁴.

A definição do termo representação, assim como outros termos, passou por vários períodos de construção num mapa semântico de palavras, até mesmo em idiomas distintos, poderia se ver a diferença na construção do sentido desta palavra. Já os gregos, embora tivessem algumas instituições e práticas que poderiam utilizar o termo representação, eles não tinham um significado para a palavra ou correspondente, sua origem é latina e quer dizer “fazer presente, manifestar ou apresentar pela segunda vez, e se referia quase que exclusivamente a objetos inanimados” (PITKIN, 2006 pág. 08). Nesta origem latina o termo poderia significar ainda: o ato de tornar um objeto presente, apresentar-se num tribunal, fazer-se presente, uma idéia manifesta em algum objeto, a substituição de um objeto por outro, ou a antecipação de um fato trazendo-o para o presente. Todos estes significados de origem latina têm uma estreita relação com aquilo que se entende hoje como representação.

Muitas traduções são colocadas a trazidas para se entender o conceito de representação, no entanto, todas elas sempre se remetiam a idéia de se colocar no lugar de outro, de se manifestar em lugar de alguém, de ocupar e falar por alguém, todas as traduções sempre trazia a idéia de delegação de poder de alguém para outra pessoa, no sentido de realizar, conduzir e agir. No campo político, especialmente no Parlamento, pode – se dizer que tudo começou por uma questão de oportunidade. Os cavaleiros e os burgueses iam até o parlamento para desempenhar algumas tarefas para suas comunidades e em seguida traziam as informações para as mesmas, eles funcionavam, até então, como uma espécie de intermediários. Já do séc. XIV ao XVII, tais agentes começam a se organizar em grupo porque reconheceram que suas petições eram comuns e que desta forma as suas reivindicações seriam mais facilmente aceitas ou resolvidas, a partir de agora são chamados membros do Parlamento e como suas atividades duravam muito tempo, eram reeleitos para essa função. Eles não eram reconhecidos como representantes porque a palavra ainda não tinha um significado de representação, porém o termo é utilizado pela primeira vez em 1965 quando um jovem chamado Isaac Pennington (PITKIN, 2006) se refere ao substituto do povo no parlamento, em seguida, neste ano Hobbes, no Leviathan vai dizer que:

⁴ “o sufrágio universal e direto é, hoje, considerado o único meio capaz de exprimir o assentimento coletivo, de produzir veredictos soberanos e de assegurar a alternância política” (CANÊDO, 2005, pág.11).



...define a representação em termos dos aspectos formais da agência legal, especialmente em termos de autorização: um representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro, quem fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. (PITKIN, 2006, pág.28)

Para a teoria política o desenvolvimento do termo representação se prolongou ainda com as grandes revoluções democráticas do séc. XVIII e com as prolongadas lutas políticas do séc. XIX, como o sufrágio e os partidos políticos e os interesses e políticas. A representação agora começa a ser usada de forma singular, ou seja, no momento em que é autorizado, o sujeito representa cada indivíduo. Esta representação adquire direitos, poderes e novas obrigações, existe delegação de poder na representação. A partir de então se criam alguns critérios de representação, de como fazer e conduzir esta tarefa, pois há uma preocupação com este aspecto, como mesmo assinala PITKIN “Ao chamar o soberano de representante, Hobbes constantemente sugere que o soberano fará o que se espera que os representantes façam, não apenas o que lhe satisfaz” (PITKIN, 2006, pág. 16). O próprio Hobbes, sendo um teórico da representação, fundamenta que um mútuo contrato entre os indivíduos formaria um corpo único, ou seja, um homem age em nome do outro, qualquer ação de um representante seria considerada a ação de um representado. No entanto, independente da forma de como ele está se apresentando, um momento que deve ser ressaltado, é o momento de sua escolha, o momento do voto, um primeiro momento do exercício do poder, “A eleição ocupa uma posição de destaque absoluto já que, bifronte é o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representante e representados” (MIGUEL, 2003, pág. 131).

É através da eleição que representantes estarão autorizados a exercerem suas funções, imbuídos de todo poder que lhes fora confiado. Além de ser um primeiro momento do exercício do poder, a eleição é uma forma de publicizar o regime democrático, ela é um processo ritualístico que expressa e dá sentido coletivo à democracia.

3. Rituais na política

Entende - se por ritual um conjunto de representações simbólicas características de um meio social que comunica determinada realidade de uma sociedade, de um povo ou de uma cultura. “O Ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é



constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressas por múltiplos meios” (PEIRANO, 2003, pág. 11). Todo ritual expressa, de certa forma, a crença e os valores daquilo que um povo acredita, por isso, ele acontece numa seqüência lógica de cerimônias e símbolos que procuram dar sentido e dizer algo seguindo uma lógica eficiente.

Ainda é válido acrescentar nesta pesquisa que, para se traçar uma análise sobre rituais na política há de se fundamentar também a partir de uma literatura especializada no governo Monárquico, especialmente em (GEERTZ, 1980) que apresenta um estudo sobre a sociedade balinesa, tendo como objeto a dimensão simbólica do poder. Para isso a sua análise é focada na dimensão simbólica da sociedade, através dos cargos políticos e no funeral do rei morto. E em (BURKE, 2009) é traçado as estratégias da fabricação da imagem pública de Luís XIV. O autor analisa a imagem individual de Luís XIV para traçar uma imagem pública do monarca, ele considera ainda um estudo de caso das relações entre arte e poder. Ambas as obras são baseadas num governo monárquico, porém serve de referência para o estudo de rituais na política.

O rito consagra e legitima algo que estava no campo da arbitrariedade, ele institui, dá a alguém a sua identidade, o ato de instituir é um ato de comunicação. A instituição também é um ato de “magia social” onde se explora e se consagra as diferenças existentes. Quando instituído você tem o direito de ser e deve ser, ou seja, é fazer alguém entender que possui não só os direitos adquiridos, mas também os deveres que tal instituição lhe atribuiu. No mundo contemporâneo o homem é cercado por rituais desde o seu nascimento, até a sua morte, e na sociedade moderna os rituais são uma constante na vida do indivíduo. Dentro da democracia representativa existe uma série de rituais que marcam a vida de candidatos, de partidos políticos e de parlamentares. Estes rituais instituem e reconhecem perante a sociedade, os espaços ocupados, os deveres e os direitos de tais atores sociais.

4. Política no Maranhão

No dia 01 de janeiro de 2007 tomava posse como governador do Maranhão, Jackson Lago, candidato vitorioso nas eleições de 29 de outubro de 2006. Com o lema, “Agora é a vez do Maranhão” o novo governador estava determinado a começar a “reconstrução do Maranhão” que sofrera 40 anos nas mãos da oligarquia Sarney. Para iniciar tal empreitada, o governador apresentou um discurso genérico que se pautava em



três princípios básicos para o desenvolvimento de qualquer população “Trabalho, Saúde e Educação para libertar o Maranhão” (CARNEIRO & COSTA, 2009). Ainda no seu pronunciamento de posse pode-se ouvir que o Maranhão teria a partir de agora:

1. Um governo onde o povo sepulta a velha política de favores e favorecimentos, sendo contra métodos e práticas que tornaram o Maranhão o estado mais atrasado do país;
2. Um governo que assume um estado elitista e autoritário, com uma gigantesca dívida social que precisa ser paga por meio da retomada da produção e do desenvolvimento;
3. Um governo proveniente do povo, que se torna sujeito ativo da política, logo, um governo dos movimentos sociais, das organizações da sociedade, dos sindicatos, das associações, das universidades. O governo de diálogo e da inserção social. (CARNEIRO & COSTA, 2009)

No entanto, vale aqui ressaltar que, para chegar ao governo, o que a “dita” oposição faz é justamente se apropriar das estratégias que hora eram utilizadas pelos seus opositores. Chamada por (CARNEIRO & COSTA, 2009) de condomínio⁵ as bases políticas que levaram esse grupo ao poder, refletiu em muito, a política utilizada pelas velhas oligarquias do Maranhão: utilização da máquina pública administrativa, troca de favores espúrios, coligações de interesses, entre outras. É importante afirmar que não estamos aqui defendendo ou acusando algum grupo, nem tampouco queremos discutir os méritos da atuação política de cada um. Nosso interesse é relatar o viés que levou à cassação do mandato do governador Jackson Lago e a retomada do poder da oligarquia Sarney.

Vários compromissos foram assumidos pela “Frente de Libertação” durante a campanha, por isso, a formação do seu secretariado se configurou na indicação dos grupos e partidos políticos de acordo com a sua abrangência na política estadual. Ainda, neste mesmo processo, vários cargos de 2º escalão e assessorias foram distribuídos como forma de recompensa aos apoios recebidos, e dentro das estratégias do denominado “condomínio”, estavam as eleições municipais de 2008, portanto importava, desde já, garantir uma base de sustentação, política e financeira, para o devido pleito, com a indicação de peças chaves dentro da administração estadual.

A última demonstração de que o governo Jackson Lago, ignorava a participação da sociedade e agia de forma autoritária, foi a aprovação da “Lei 8.592/2007 que reestruturou a política salarial do funcionalismo público (transformando salário em

⁵ “Utiliza-se o termo condomínio em sua acepção jurídica: “a posse ou o direito simultâneo, por duas ou mais pessoas, sobre um mesmo objeto (no caso, o aparelho de Estado); co-propriedade” (COSTA, 2009)



subsídio e retirando direitos trabalhistas)” (CARNEIRO & COSTA, 2009). Indignados com esta nova lei os professores da rede pública estadual protagonizaram uma longa e vitoriosa greve que se estendeu durante 87 dias entre os meses de maio e agosto de 2007. O movimento contra a chamada “Lei do cão”⁶ ganhou força e respaldo porque havia uma classe do funcionalismo público, os professores, que se encontravam revoltados e arrependidos de terem elegido o governo da “Libertação”.

Se apropriando da situação e com orientações para as eleições de 2010, o diretório do PMDB, (entenda-se aqui, a oligarquia Sarney) assume a defesa dos direitos dos trabalhadores e entra com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal – STF, que julgou procedente a ação, dando a vitória aos professores e revogando a “Lei do cão”. O governo ainda tenta reverter a situação negando as reais razões das reivindicações dos professores e alegando ser tudo uma manobra política do grupo opositor. No entanto o movimento “12engana”⁷ já havia sido incorporado pela opinião pública que procurava “esconder, na desordem, a formação de uma nova ordem, eis o sentido mais profundo do ‘12engana’” (CARNEIRO & COSTA, 2009).

E foi neste clima de total desestabilidade do governo Jackson Lago que acontecem as votações pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, sobre o pedido de cassação que fora encaminhado pela coligação de Roseana Sarney, Maranhão – a Força do Povo (PFL, PMDB, PTB, PV) após as eleições de 2006, alegando a utilização da máquina pública durante a campanha. Em 19 de dezembro de 2008, o processo começou a ser julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas fora adiado e várias vezes retomado. Primeiro por um pedido de vista do ministro Félix Fischer, depois o ministro Joaquim Barbosa se julgou impedido de participar por motivos pessoais. Em sessão no mês de fevereiro de 2009, o julgamento também foi adiado por causa de problemas com a saúde do ministro Fernando Gonçalves, na madrugada do dia 04 de março acontece a votação e o governador é cassado, porém seus advogados entram com recurso e somente no dia 16 de abril de 2009 o TSE mantém e confirma a cassação do mandato do governador e do seu vice. O TSE ainda decide que a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) deverá tomar posse imediatamente no seu lugar.

⁶ Nome que foi dado, pelos professores, à Lei 8.592/2007

⁷ O “12 engana” seria nova versão do “Rosengana” – campanha que assumiu dimensão mobilizatória e de formação de opinião pública com certa autonomia, especialmente entre a juventude – e que agora utilizava o número 12 adotado pelo PDT para mostrar quem estava enganando agora.



5. A posse e o conflito

Desde o dia 19 de dezembro, data em que o processo de cassação do governador Jackson Lago começou a ser julgado muitas mobilizações aconteceram na cidade de São Luís com o movimento de apoio ao governador que recebeu o nome de “Balaiada”⁸, inclusive todas as sessões para a votação foram assistidas por políticos, assessores, e apoiadores do governador, num telão que fora montado na parte interna do Palácio dos Leões, local em que o Jackson Lago ocupou (a parte residencial), juntamente com sua família e correligionários, desde o fim da noite de 16 de abril de 2009, dia da decisão final do TSE.

Estavam neste acampamento cerca de 500 militantes ligados ao Movimento dos Sem Terra que vieram do interior do estado prestar solidariedade ao governador. Várias barracas foram armadas nos jardins do Palácio dos Leões, onde Também foi montado um palco para apresentação de artistas maranhenses que faziam patê do movimento. Em todo arredor do Palácio haviam faixas de apoio ao governador e um forte esquema de segurança montado para permitir apenas a entrada nos cômodos do Palácio de políticos e pessoas ligadas ao governador.

Mesmo com a resistência do movimento Balaiada, após o pronunciamento final do TSE sobre a cassação do mandato do então governador Jackson Lago, o Maranhão possui uma nova governadora, Roseana Sarney Murad que, por decisão do mesmo Tribunal é empossada imediatamente à saída do governador cassado. Então, cumprindo-se o que fora determinado, às 08h30minh do dia 17 de abril Roseana Sarney toma posse numa sessão extraordinária e solene da Assembléia Legislativa. Logo após esta sessão extraordinária da Assembléia Legislativa, Roseana Sarney Murad e o seu vice, João Alberto se encaminharam para o Tribunal Regional Eleitoral – TRE, onde a solenidade foi comandada pelo vice-presidente e corregedor da Corte, José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Paralelo à posse, o agora ex-governador Jackson Lago, em reunião com lideranças políticas e de organizações populares ainda resisti e fala para a imprensa:

Estamos vivendo um momento triste da vida institucional, não só do Estado, mas do país. É uma violência, um desrespeito à vontade da maioria da população. A oligarquia [da família Sarney], com o apoio da elite institucionalizada, resolveu golpear a vontade da maioria da população”, disse o ex-governador. “Entendemos que não podemos ser cúmplices do

⁸ O movimento foi denominado de Balaiada em lembrança à “Balaiada” - o movimento revolucionário e social que se estendeu pelo Maranhão, Piauí e Ceará de dezembro de 1838 a meados de 1841.

desrespeito da vontade da maioria da população. Nos resta resistirmos no palácio para que a população reflita sobre o que estão fazendo com o Estado. [...] Estou defendendo a Constituição, que jurei respeitar e defender. (Jornal Pequeno, 2009).

Porém após outras reuniões e já com a notícia da posse de Roseana Sarney, o ex-governador deixa o Palácio dos Leões juntamente com seus assessores e ex-secretários, após 36 horas de ocupação. O grupo político saiu do Palácio em caminhada pelo centro de São Luís e em seu último pronunciamento o ex-governador afirmou que continuaria com os recursos no STF e que seria candidato nas eleições de outubro de 2010.

6. Posse e Conflito em O Imparcial

Esta pesquisa é o estudo sobre um acontecimento que se tornou midiático pelas suas características de volubilidade, imprevisibilidade e pela própria natureza conflituosa que se instaurou em torno de um embate entre grupos políticos no estado do Maranhão. Com o desenrolar do fato, que foi o pedido de cassação do então governador, três momentos áureos marcaram a cobertura jornalística: os dois julgamentos que entraram e saíram de pauta, até chegar ao acontecimento maior, a posse contestada. Optou-se nesta pesquisa em trabalhar com um *corpus* de matérias que noticiaram esses três momentos, ou seja, as matérias publicadas entre os dias 13 a 19 de dezembro de 2008; 01 a 07 de março de 2009 e 11 a 18 de abril de 2009.

Como categoria de análise, será verificado o enquadramento que este acontecimento recebeu, para LIMA:

enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mas salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito (LIMA, 2006, p. 14)

O enquadramento vai além da forma simples de salientar alguns aspectos no texto, mas é principalmente a forma como os jornalistas participam na construção da realidade social e ainda revelam algumas peculiaridades dos seus veículos noticiosos. Essa estratégia de escolha se baseia nas rotinas de trabalho onde o profissional está inserido, assim como na sua própria cultura profissional “Esse enquadramento depende de uma série de questões reveladoras do lugar de fala de quem narra os fatos” (MOURA, 2006, p. 52). Portanto, o processo de escolha do enquadramento não se torna aleatória; está fundamentada numa rotina de trabalho que fornece frames num determinado momento do real e que podem ser utilizados na construção da notícia.



Nesta pesquisa, pode-se notar a presença de três fenômenos que podem ser analisados em diferentes quadros de ação: 1) Enquadramento sobre a decisão judicial; 2) Enquadramento de resistência; 3) Enquadramento sobre a posse.

O jornal O Imparcial foi o periódico que menos trouxe matérias relativas aos acontecimentos políticos de cassação e posse de Jackson Lago e Roseana Sarney, respectivamente. Na primeira semana analisada foram 04 matérias de capa e 10 matérias internas. Todas as chamadas de capa dessa primeira semana chamavam a atenção para o julgamento e para a preocupação e nervosismo vividos no Palácio dos Leões. Outra característica marcante nas capas foram as fotos publicadas, e que seguem um perfil de diagramação do próprio jornal. Muitas fotos vinham reforçando aquilo que os títulos diziam, por isso, numa edição pode-se ver pessoas aflitas e preocupadas e, em outra, pessoas comemorando.

As matérias internas traziam principalmente as manifestações de populares, movimentos sociais e políticos a favor do governador Jackson Lago. Nessa primeira semana, a expectativa pelo julgamento também é uma notícia que persiste nas páginas do jornal O Imparcial, que lembra o adiamento, traz a cobertura do julgamento e de populares, que juntamente com o governador, assistiram através de um telão que foi montado em praça pública, onde o ambiente foi denominado pelo próprio jornal de “acampamento”. O que se percebe nessas matérias é um enquadramento de resistência que procura sempre destacar a disputa invisível que estava instaurada sobre a defesa da vontade popular contra o desrespeito à democracia. Esses dois quadros são apresentados quando se compreende no jornal O Imparcial a tentativa de mostrar populares indo às ruas, a solidariedade no acampamento e, principalmente, a comemoração da vitória, que é publicada no dia 19/12/2011, quando o Ministro Felix Fischer pede vistas do processo e o julgamento é mais uma vez adiado.

Imediatamente após o ministro Félix Fischer do TSE, pedir vistas do processo que pede a cassação do seu diploma e mandato, o governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), foi levado pelos braços de uma multidão até o palanque montado em frente ao Palácio dos Leões. (Fonte: Jornal O Imparcial).

Percebe-se, no enquadre dado pelo jornal, a preocupação em demonstrar para o leitor que não estava naquele momento no Palácio dos Leões, qual era a vontade popular, quando se afirma que o governador foi levado pelos braços de uma multidão. O



desrespeito à democracia não poderia acontecer, já que ali estava o representante eleito pelo povo.

Na semana da cassação do mandato do governador Jackson Lago, mais uma vez é confirmado o quadro de resistência, mostrando-se a negação da vontade popular; porém nessa semana de análise, percebe-se ainda a presença do enquadramento sobre a decisão judicial que mostra o quadro democrático: Jackson sendo eleito pelo povo em contrapartida a uma jogada política, que tenta mostrar o lado legal da ação, a correção nas eleições de 2006. Esse enquadramento pode ser notado nas matérias que falam sobre como os ministros votaram, e em uma matéria que traz o ministro Carlos Lupi defendendo o governador e afirmando que o TSE cometeu uma injustiça. Diz o ministro: “Acho que foi mais uma manipulação do que mesmo uma armação”, reportando-se ao julgamento do caso.

Na última semana analisada, o enquadramento de resistência é recorrente; as matérias lembram o julgamento dos recursos. Buscando uma forma de reafirmação do enquadramento sugerido pelo jornal, em toda a cobertura do caso, O Imparcial ainda traz uma declaração de Jackson Lago, lembrando que “jurou cumprir a Constituição e que somente sairá se deputados escolherem, de forma indireta, um novo chefe do executivo” (JORNAL O IMPARCIAL, 2011, p.3, 17 de abril). Mais uma vez fica claro que, não só a resistência, mas também a decisão judicial em oposição à vontade popular e aos princípios democráticos contra uma decisão judicial, é enquadrada para que o leitor perceba isso nas matérias sobre o caso.

O Imparcial foi o que menos trouxe matérias falando sobre a posse da governadora. Na verdade foi apenas uma matéria com o título “*Roseana Sarney é empossada e promete trabalho*”, e que narrou toda a solenidade de posse, que aconteceu de forma diferenciada por causa da ocupação no Palácio. Foi o único jornal que informou quem colocou a faixa de governadora em Roseana Sarney, tendo em vista que o ex-governador se negava a sair do palácio e a cumprir esse ritual. Além disso, a matéria dá a sequência da solenidade, desde a diplomação no TRE, até a chegada da governadora na Assembleia Legislativa, descrevendo inclusive como aconteceu a solenidade, até o momento do discurso na sacada e o recebimento da faixa.

No dia da cassação, o referido jornal trouxe matérias que mostravam como o governador tinha acompanhado o julgamento e também a sua decisão em não sair do Palácio. Uma matéria interessante, que foi publicada também no dia 17/04/2011, traz o seguinte título: “*Renúncia pedida ao pai, diploma recebido da tia*”. O texto explicava



que Roseana deveria enviar para o seu pai, presidente do senado, uma carta, solicitando a renúncia do cargo de senadora e, em seguida, seria diplomada por sua tia, a desembargadora Nelma Sarney. Apesar de que a desembargadora declinou da diplomação, o enquadramento que nos remete esta matéria é justamente o da decisão judicial, que através de uma jogada política, decide corrigir o resultado de uma eleição fraudada anteriormente.

Apesar dessas matérias do dia da cassação, o enquadramento que é dado para o dia da posse é o de um começo de governo legítimo, considerando a correção nas eleições de 2006. Outro detalhe que deve ser ressaltado são as capas do jornal O Imparcial do dia da cassação e do dia da posse; ambas estão marcadas pela cor vermelha, que lembra o PDT, e traz ainda a movimentação de populares, tanto em favor do governador cassado, como da governadora empossada.

6. Considerações finais

Podemos começar aqui lembrando que na cobertura do jornal O Imparcial, fica bem evidente a citação que diz:

A cada instante o mundo está repleto de eventos. Mesmo dentro de um dado evento existe uma infinidade de detalhes noticiáveis. Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase, e apresentação, compostos de pequenas teorias tácitas acerca do que existe, do que acontece e do que é importante. (GITLIN, 1980, p.7)

É fundamental lembrar que esses princípios de seleção, de apresentação, de ênfase estão contidos naquilo que o jornal atribui no momento de construção de sua notícia. Por isso, pode-se perceber essa infinidade de detalhes que são noticiáveis e que diferem entre os jornais, mesmo em se tratando de um mesmo acontecimento, como no caso do objeto desta pesquisa. O trabalho do jornalista é permeado por fatores que vão além da simples redação de um texto, pois é necessário considerar todo um contexto histórico, político, social e cultural que está implicado no momento da notícia, que é resultado de um processo de construção social da realidade.

A mídia, como construtora de realidades simbólicas incide principalmente na formação de opinião pública e na manutenção de juízos de valores sobre determinados assuntos, e alguns eventos se tornam significativos por causa da importância simbólica concedida pela mídia. Todos os atos e protocolos emblemáticos nos rituais, especificamente falando aqui, os rituais políticos, ganham reforço e maior



legitimação através da mídia. Há de se ressaltar que esta afirmação se sustenta no sentido de que não se aponta apenas para um lado maléfico, que é apresentado por alguns autores, e que são exercidos pelas mídias; o que se aponta é que, dentro de um complexo conjunto social ritualístico, ela reforça alguns momentos em detrimento de outros, tornando-se fundamental para o entendimento do funcionamento desse processo.

No caso específico desta pesquisa, o ritual de posse não celebrou o consenso, pois foi uma posse contestada, onde predominou o conflito, no entanto, o papel da mídia foi importante para o desenvolvimento e entendimento de todo o processo. O conflito se instaurou pelo fato de ter se colocado em contraponto dois princípios legitimadores de poder: o princípio aristocrático e o princípio democrático. Como nossa área de atuação não é o Direito, e sim a Comunicação, a intenção aqui não foi questionar a validade da decisão judicial e nem polemizar aquilo que estaria certo ou errado. A pesquisa buscou apresentar o que foi noticiado em jornais impressos da cidade, para se compreender o trabalho desenvolvido no âmbito da divulgação dos fatos.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais.1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral (org.). **A terceira margem do rio**: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: Edufma, 2009.

CANEDO, Leticia Bicalho. **O Sufrágio Universal e a invenção da democracia**.São Paulo: Editora Liberdade, 2009.

COSTA, Ramon Bezerra. **Sistema Mirante de Comunicação: elementos para uma trajetória do grupo**. São Luís: UFMA, 2008. Monografia em Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

FINLEY, Moses I. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.



GEERTZ, Clifford. **Negara: O estado teatro no século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980. Introduction, p.1-18. Trad. de MTGF de Albuquerque e FFLA de Albuquerque. Rev. técn. de Afonso de Albuquerque.

IMPARCIAL, Jornal O. Disponível em: <HTTP:// <http://www.oimparcial.com.br/>>. Acesso em 21 de setembro de 2010.

IMPARCIAL, Jornal O. Abril de 2011

LIMA, Venício A. de Lima. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006

MIGUEL, Luís Felipe. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, PP. 483 a 511.

MOURA, Maria Betânia. **Os Nós da Teia. Desatando Estratégias de Faticidade Jornalística**. São Paulo: Annablume, 2006.

PEQUENO, Jornal. Disponível em: <HTTP://www.jornalpequeno.com.br/>. Acesso em 21 de setembro de 2010.

PEIRANO. Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: palavras, instituições e idéias**. Lua Nova 67.